

OLAVO DE OLIVEIRA NETO

O PODER GERAL DE COERÇÃO

DESTAQUE

Aplicação de medidas coercitivas atípicas como a prisão civil, a apreensão de passaporte ou da carteira de habilitação e a restrição ao uso de redes sociais

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MIUSA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Marcella Pâmela da Costa Silva

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Analista de Conteúdo Editorial: Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Assistente Administrativo: Tatiana Leite

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thais Pereira

Estagiárias: Beatriz Fialho e Diene Ellen

Capa: Linotec

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Maria Cristina Lopes Araujo

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Oliveira Neto, Olavo de
O poder geral de coerção / Olavo de Oliveira Neto. -- São Paulo : Thomson
Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia.
ISBN 978-85-5321-654-3
1. Coação (Direito) 2. Juízes - Decisões - Brasil 3. Tutela jurisdicional 4. Tutela
executiva I. Título.

19-27438

CDU-340.11

Índices para catálogo sistemático: 1. Coação jurídica : Direito 340.11

Iolanda Rodrigues Biode - Bibliotecária - CRB-8/10014

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	15
1. ESCORÇO HISTÓRICO – TUTELA DE ACERTAMENTO E TUTELA EXECUTIVA.....	25
1.1. Considerações iniciais.....	25
1.2. Declaração e execução no Direito Romano.....	28
1.2.1. Regime da Justiça Privada (<i>ordum iudiciorum privatorum</i>) – Período da <i>legis actionis</i> (ações da lei) e período <i>per formulas</i> (formulário).....	29
a) Atividade de accertamento (<i>Iurisdictio</i>)	29
b) Atividade executiva (<i>Imperium</i>)	34
c) Os interditos.....	41
1.2.2. Regime da Justiça Pública – Período da <i>Cognitio extra ordinem</i> (cognição extraordinária)	44
1.3. Declaração e execução no Direito Germânico	47
1.4. Declaração e execução no Direito Intermediário	49
2. PERFIL DA TUTELA EXECUTIVA	53
2.1. Considerações necessárias à exata compreensão da tutela executiva... ..	53
2.1.1. Ato processual executivo	53
a) Definição.....	53
b) Espécies.....	57
2.1.2. Autonomia estrutural e autonomia funcional	61
2.1.3. A permeabilidade da atividade executiva ao contraditório ...	66
2.1.4. Cognição na atividade executiva	72
2.1.5. Eficácia da tutela e satisfação.....	85
a) Teoria tríplice (ternária) e teoria quíntupla (quinária)... ..	85
b) Tutelas satisfativas – Declaratória e constitutiva.....	88
c) Tutelas não satisfativas – Condenatória	96

2.2. Classificação	101
2.2.1. Meio executivo e tutela executiva	101
2.2.2. O retorno à teoria ternária	102
2.2.3. Topologia da tutela executiva no quadro de classificação das tutelas	108
2.2.4. Gradação da eficácia executiva.....	109
a) Eficácia instantânea ou imediata – Tutela mandamental e tutela executiva <i>lato sensu</i>	112
b) Eficácia eventualmente instantânea ou eventualmente imediata – Tutela coercitiva	122
c) Eficácia paulatina (não instantânea) ou mediata – Tutela executiva <i>stricto sensu</i>	124
d) Proposta de classificação	128
2.3. Princípio da tipicidade dos meios executivos.....	129
2.3.1. Superação do princípio	129
2.3.2. Inviabilidade de um sistema executivo exclusivamente aberto	134
2.4. Princípio da variação da tutela executiva	137
3. PANORAMA GERAL DA TUTELA COERCITIVA	141
3.1. Vestígios da Tutela Coercitiva em sistemas jurídicos do passado	142
3.2. Modelos de realização da tutela coercitiva.....	149
a) Modelo Francês – <i>Astreintes</i>	151
b) Modelo Alemão – Multa e prisão	162
c) Modelo Anglo-saxão – <i>Injunction/Contempt of Court</i>	166
3.3. Notícia de outros sistemas de coerção no direito alienígena	175
a) Argentina	175
b) Chile	178
c) Equador	183
d) Itália.....	186
e) Peru.....	191
f) Portugal.....	196
g) Uruguai	199
h) Outros	202
3.4. A evolução da coerção no direito brasileiro até a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 1973	210

4. PODER GERAL DE COERÇÃO	219
4.1. Completude da tutela executiva	219
4.1.1. Completude do sistema de realização da tutela executiva	219
4.1.2. Evolução parcial, rumo à completude do sistema executivo, no CPC de 1973	224
4.1.3. Completude da tutela executiva no CPC de 2015	227
4.2. O art. 139, IV, do CPC, como regra matriz do Poder Geral de Coerção	229
4.3. Perfil do Poder Geral de Coerção – Requisitos, característica e limites	233
4.3.1. Requisitos	233
4.3.2. Características	237
a) Instrumentalidade	237
b) Universalidade	239
c) Autonomia	241
d) Variabilidade	244
e) Cumulatividade	245
4.3.3. Limites	246
a) Limites objetivos	248
b) Limites subjetivos	251
c) Limites temporais	258
d) Limites procedimentais	260
4.4. Medidas coercitivas em espécie	263
4.4.1. Tipicidade e atipicidade	263
4.4.2. Medidas coercitivas atípicas limitadoras da liberdade	266
a) Possibilidade de prisão cível	266
b) Prisão do depositário infiel	274
c) Arresto noturno	278
4.4.3. Medidas coercitivas atípicas limitadoras da livre circulação	282
a) Apreensão de passaporte (arraigo)	282
b) Proibição de frequência a local determinado	285
4.4.4. Medidas coercitivas atípicas pecuniárias	290
a) Multa atípica	290
b) Sequestro de patrimônio	297
c) Taxa adicional de juros	299
4.4.5. Medidas coercitivas atípicas que impõem restrição de direitos	300
a) Apreensão da carteira de habilitação	301
b) Proibição de contratar com o Poder Público	304

	c) Proibição de participação em concursos ou loterias	306
	d) Proibição temporária da realização de determinados negócios	307
	4.4.6. Medidas coercitivas atípicas referentes a informações	308
	a) Informação de dívida a condôminos	310
	b) Restrição de acesso às redes sociais	310
	CONCLUSÕES	313
	BIBLIOGRAFIA	321